



RACISMO AMBIENTAL E SANEAMENTO BÁSICO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Marcela de Fátima Lemos Tavares¹

marcela.lemostavares@upe.br

Clarissa de Oliveira Gomes Marques da Cunha¹

clarissa.marques@upe.br

¹Discente do Mestrado em Saúde e Desenvolvimento Socioambiental, Universidade de Pernambuco, campus Garanhuns.

INTRODUÇÃO

O acesso ao saneamento interfere diretamente no princípio da dignidade da pessoa humana, pois o direito ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e drenagem de águas pluviais adequados, são necessidades relacionadas à saúde de cada indivíduo. O princípio fundamental da dignidade da pessoa humana consta no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal brasileira, de 1988. A lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento e para a política federal de saneamento básico, e apresenta como o primeiro princípio fundamental do serviço público de saneamento, a universalização do acesso e efetiva prestação do conjunto de serviços de saneamento. O Marco Legal do Saneamento, lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, em seu Artigo 11-B, visa promover a universalização dos serviços de saneamento até o final do ano de 2033, com a garantia de 99% de água potável e 90% de coleta e tratamento de esgotos para a população. A quilombola Selma Dealdina, no livro “Quem precisa de justiça climática no Brasil?”, coordenado por Louback (2022), define o racismo ambiental como o dano ao ambiente em que moram pessoas marginalizadas socialmente, como acontece quando grandes projetos extrativistas violentam, impunes, as terras de comunidades vulnerabilizadas em seu direito à dignidade, sem a devida fiscalização e proteção do Estado. O racismo ambiental pode se expressar de diversas formas, como por exemplo no saneamento. Geralmente as pessoas excluídas socialmente são as que sofrem com o saneamento precarizado ou até mesmo a inexistência deste serviço, afetando a saúde desta população (Peixoto; Ahmed; Sales, 2021). É importante discutir quem são, comumente, as populações que são afetadas pela expressão do racismo ambiental no saneamento para que políticas públicas sejam criadas e fortalecidas para a proteção destas pessoas. Portanto, objetiva-se identificar, na literatura, como se expressa o racismo ambiental no contexto do saneamento e quais seus impactos na saúde das populações vulnerabilizadas.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa ora apresentada será realizada a partir de um estudo de caráter exploratório e descritivo, de natureza qualitativa. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, a ser desenvolvida baseando-se na metodologia proposta por Sousa, L. et al. (2017), com o seguinte roteiro: a) identificação do tema e da questão de pesquisa; indicação dos descritores e realização da estratégia de busca, que é o passo a passo factível que fará com que a pergunta de pesquisa seja respondida; b) estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos, buscando filtrar os resultados das bases de dados, mediante a especificidade da pergunta de pesquisa; c) rápida análise de título, resumo e palavras-chave, para identificar se os estudos possivelmente respondem ao questionamento do estudo e, posteriormente (em caso afirmativo), se obedecem aos critérios de inclusão; d) resumo e categorização dos estudos selecionados para a revisão integrativa com uso de matriz de análise ou matriz de síntese; e) análise aprofundada, interpretação e discussão dos resultados, ressaltando quais lacunas a pesquisa buscou preencher e quais ainda precisam de atenção em estudos futuros; e f) atenção às minúcias da revisão integrativa. Nesta etapa busca-se conferir se a pesquisa está bem detalhada (tanto os métodos e materiais utilizados, quanto os resultados encontrados), para que a mesma possa ser realizada ou avaliada por qualquer pesquisador que leia este estudo (Botelho; Cunha; Macedo, 2011). A busca dos estudos será realizada nas bases de dados “MEDLINE”, “LILACS”, “Index Psicologia - Periódicos”, e “HISA -



História da Saúde” da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), “Catálogo de Teses e Dissertações da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)” e “Scientific Electronic Library Online (SciELO)”. Serão utilizados como descritores “racismo ambiental”, “saneamento” ou as versões em inglês “environmental racism” e “sanitation”. Utilizando-se o operador booleano “AND” para fazer o cruzamento entre os descritores mencionados. Serão incluídos os artigos científicos com textos completos, publicados no período de 2014 a 2024, cujo foco central da pesquisa envolva a discussão a respeito da expressão do racismo ambiental no saneamento. Serão excluídos artigos duplicados. Quanto ao método utilizado para identificação inicial dos artigos (para fins de organização e fluidez de leitura), serão utilizadas as quatro etapas recomendadas pelo PRISMA (Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises): 1ª. identificação (quantidade de estudos encontrados, em cada banco de dados de buscas e seleção de estudos que possivelmente respondam a indagação de pesquisa, com base na leitura do título, resumo e palavras-chave); 2ª. seleção (quantidade de estudos incluídos e excluídos com base nos critérios de inclusão e exclusão); 3ª. elegibilidade (seleção de pesquisas mediante leitura do texto completo); e 4ª. inclusão (total de estudos incluídos na revisão integrativa). Posteriormente, para a análise de conteúdo destes estudos, será utilizada a metodologia de Bardin (1977), que consiste em três etapas cronológicas: pré-análise, exploração do material e tratamentos dos resultados, inferência e interpretação. A pré-análise se refere a organização dos estudos encontrados, operacionalização e sistematização de ideias iniciais. Iniciando pela chamada “leitura flutuante”, que se refere a uma primeira impressão com a leitura de textos, deixando surgir questionamentos, impressões e direcionamentos. Seguida da “identificação de índices no texto”, que são temas expressos, para posterior “construção de indicadores”. O indicador correspondente será o tema que for expresso com frequência em relação aos outros. A exploração do material é uma fase que obedece à regra da exaustividade e não seletividade (é a leitura exaustiva do texto buscando por temas expressos, não sendo permitido deixar de fora algum destes elementos sem a devida justificativa). E a última etapa “tratamentos dos resultados, inferência e interpretação”, é quando os resultados da análise são organizados em quadros, diagramas ou afins, nos quais as informações fiquem simples de compreender. O pesquisador pode finalmente realizar inferências e interpretações. CAAE: 33753220.6.0000.5191.

RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se contribuir com o estudo do racismo ambiental e do saneamento, identificando as formas e métodos que autores utilizaram para identificar a presença do racismo ambiental no saneamento. Busca-se, também, identificar quais foram os locais onde essas temáticas foram estudadas em conjunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo contribuirá para a prática da equidade em saúde do Sistema Único de Saúde brasileiro, identificando locais e populações comumente mais vulnerabilizados em termos de saneamento, promovendo o direcionamento e o fortalecimento de políticas públicas neste sentido.

PALAVRAS-CHAVE: Pesquisa Interdisciplinar. Pesquisa Qualitativa. Racismo. Saneamento.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade de Pernambuco (UPE), à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE) e à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio no desenvolvimento desta pesquisa.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão & sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.



I Congresso Internacional em Saúde e Desenvolvimento Socioambiental

Garanhuns, Brasil
2024

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988
- BRASIL. Lei Nº 11.445, DE 5 DE JANEIRO DE 2007. **Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm. Acesso em: 2 set. 2024.
- BRASIL. Lei Nº 14.026, DE 15 DE JULHO DE 2020. **Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/114026.htm. Acesso em: 2 set. 2024.
- LOUBACK, A. C. **Quem precisa de justiça climática no Brasil?** Brasil: Observatório do Clima, 2022. 190 p. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/livros/quem-precisa-de-justica-climatica-no-brasil>. Acesso em: 2 set. 2024.
- PEIXOTO, A. L. A.; AHMED, F. V.; SALES, C. M. R. Saneamento Básico: direito de todos? uma breve análise. **Petróleo, Royalties e Região**, [S.l.], v. 19, n. 70, p. 14-22, 2021. DOI 10.36398/1980-63102021ano19n70.2.
- SOUSA, L. M. M.; VIEIRA, C. M. A. M.; SEVERINO, S. S. P.; ANTUNES, A. V. A metodologia de revisão integrativa da literatura em enfermagem. **Revista Investigação em Enfermagem**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 17-26, 2017.